

INVIABILIDADES REPUBLICANAS. O PROJETO TAVARES LYRA E SUA PROPOSTA PARA REFORMA E DIFUSÃO DO ENSINO BRASILEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX (1891-1908).**Ligiane Aparecida da Silva****Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado****Universidade Estadual de Maringá – UEM****Ano: 2011.****Resumo de dissertação de Mestrado:**

Este estudo se define por sistematizar a contribuição do intelectual Augusto Tavares de Lyra (1872-1958) para a organização de um sistema educacional brasileiro, enfatizando um projeto criado com base em suas orientações no ano de 1907, que previa a autorização para o Governo Federal reformar os ensinos secundário e superior e promover o desenvolvimento e a difusão da instrução primária no Brasil. Tendo em vista que esse autor, apesar de ter deixado uma importante contribuição para os estudos sobre a educação brasileira no início do século XX, ainda é pouco conhecido pelos historiadores do país, este trabalho contribuirá para o preenchimento dessa lacuna. Além disso, a fonte documental utilizada também é pouco conhecida, a saber, o Plano Integral de Ensino, que ficou conhecido como Projeto Tavares Lyra, o qual engloba o projeto original e as discussões dos deputados acerca do mesmo entre os anos de 1907 e 1908. Da ideia original do autor às contribuições dos intelectuais da época, uma questão relevante emergiu no decorrer da pesquisa: o papel do Estado em relação à instrução pública brasileira – sobretudo a primária –, o que se constatou no debate acirrado sobre centralização e descentralização do ensino. As exigências e mudanças que a República trouxera ao país, que almejava disputar no mercado com as nações desenvolvidas, levavam os homens a pensar em uma reforma educacional capaz de viabilizar o crescimento e fortalecimento da nação, embora o movimento contraditório do capital não tivesse gerado aqui as condições necessárias para isso. Além disso, a Constituição de 1891, na qual se pautavam os deputados envolvidos no debate, apoiava-se em princípios liberais que restringiam a ação do Estado em relação à educação pública, o que levou os parlamentares a interpretações e posições divergentes. Optou-se por delimitar o período de abrangência deste trabalho entre os anos de 1891 e 1908, devido ao fato de a primeira Constituição republicana ter sido o documento mais citado e analisado pelos parlamentares envolvidos no embate acerca da reforma proposta. Em 1908, por sua vez, encerram-se as discussões do projeto Tavares Lyra na Câmara dos Deputados, o que o inclui entre os vários projetos elaborados nos primeiros anos da República que não saíram do Congresso. Para discutir essas questões, dividiu-se o trabalho em três partes: a primeira analisa a recorrência de projetos educacionais nos anos iniciais da República; a segunda apresenta a proposta de reforma do Ministro Tavares de Lyra para os ensinos primário, secundário e superior; a terceira examina a repercussão do projeto na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Entende-se que, apesar da emergência da educação pública nos anos iniciais do século XX, esta não se constituía em uma prioridade governamental, visto que a preocupação dos políticos e intelectuais estava mais voltada ao desenvolvimento da indústria nacional, ao equilíbrio da economia baseada na lavoura do café e à organização do Estado republicano. Por isso, a incidência de projetos educacionais e poucas implementações práticas no período, como é o caso do arquivamento do projeto do Ministro Augusto Tavares de Lyra.